

Video e Cinema Documental

Licenciatura, 1º Ciclo

Plano: Despacho n.º 13021/2015

Ficha da Unidade Curricular: Legislação e Política do Cinema e do Audiovisual

ECTS: 4; Horas - Totais: 108.0, Contacto e Tipologia, T:45.0; OT:3.0;

Ano|Semestre: 2|S2; Ramo: Tronco Comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 9932044

Área Científica: Produção

Docente Responsável

Paula Almeida

Professor Adjunto

Docente e horas de contacto

Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques

Assistente Convidado, T: 45; OT: 3;

Objetivos de Aprendizagem

Os estudantes devem ficar sensibilizados para a resolução de problemas técnico-jurídicos inerentes ao quotidiano da sua atividade profissional, através da minuciosa análise dos diplomas legislativos e da realização de casos práticos, essenciais para a experimentação dos enunciados teóricos.

Objetivos de Aprendizagem (detalhado)

Os alunos devem adquirir conhecimento da existência de políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual e de acordos e protocolos de coprodução; devem adquirir uma noção de cinema documental e ser capazes de identificar a sua relação com o jornalismo narrativo; devem ser capazes de pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual; devem conhecer o regime jurídico da Televisão e devem saber interpretar e aplicar ao setor do cinema e do audiovisual, os regimes jurídicos dos direitos de autor e direitos conexos e da publicidade, bem como identificar comportamentos violadores das regras aí estabelecidas.

Conteúdos Programáticos

1. Noções fundamentais de direito;
2. Políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual;
3. O cinema documental e a legislação nacional - o regime jurídico português;
4. A televisão e a rádio - regimes jurídicos;
5. A tutela de direitos - direitos de autor e de publicidade.

Conteúdos Programáticos (detalhado)

CAPÍTULO I

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO – 7T

1. Noção de Direito e suas funções
2. Norma Jurídica. Características.
3. Sanções Jurídicas

4. Fontes do Direito
5. Relação Jurídica
6. Direitos Fundamentais e direitos de personalidade
7. Órgãos do Estado
8. Tipos de diplomas legislativos
9. Órgãos, funcionamento e legislação da União Europeia

CAPÍTULO II

POLÍTICAS INTERNACIONAIS DE INCENTIVO AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL – 7T

1. O papel do Observatório Europeu do Audiovisual
2. O programa de apoio ao setor audiovisual europeu (Europa Criativa)
3. EuroImages;
4. European Film Promotion;
5. Ibermedia
6. Acordos de Coprodução Cinematográfica (análise dos mais relevantes)

CAPÍTULO III

O CINEMA DOCUMENTAL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL – O REGIME JURÍDICO PORTUGUÊS – 10T

1. Lei do Cinema e respetivo regulamento
 - 1.1. Objetivos
 - 1.2. Programas de apoio
2. Lei Orgânica do Instituto do Cinema e do Audiovisual
3. O Conselho Nacional de Cultura
4. Sistema de Gestão e Controlo de bilheteiras
5. Protocolos de Coprodução Cinematográfico

CAPÍTULO IV

A TUTELA DE DIREITOS – DIREITOS DE AUTOR E PUBLICIDADE – 15T

1. Considerações terminológicas gerais
2. Direitos de Autor – a utilização da obra
 - 2.1. Contrato de produção de obra cinematográfica
 - 2.2. Contrato de fixação fonográfica e videográfica
 - 2.3. Contrato de radiodifusão e outros processos de reprodução de sinais, sons e imagens
3. Direitos Conexos
 - 3.1. Direitos dos produtores de fonogramas e videogramas
 - 3.2. Direitos de organismos de radiodifusão
 - 3.3. Direito ao espetáculo
4. Publicidade
 - 4.1. No cinema
 - 4.2. Na televisão
5. Responsabilidade Civil, Penal, Contraordenacional por violações aos Direitos de Autor, seus Direitos Conexos e por publicidade ilícita.

CAPÍTULO V

A TELEVISÃO – REGIME JURÍDICO – 6T

1. Considerações conceptuais gerais
2. Análise da legislação estruturante deste regime jurídico
 - 2.1. Lei da Televisão

2.2. Modelo de financiamento do Serviço Público de Radiodifusão e Televisão

Metodologias de avaliação

A avaliação será feita através de duas frequências (100%), as quais se realizarão em datas a designar. Ficará “Aprovado” e por isso será “Dispensado de Exame” o aluno que no conjunto das duas frequências obtiver a média de 10 (dez) valores.

Os alunos que na média das duas frequências não obtiverem média de 10 (dez) valores, serão “Admitidos a Exame” que consistirá numa prova escrita.

Em Exame e Exame de Recurso (provas escritas) serão considerados “Aprovados” os alunos com nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

Software utilizado em aula

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

- Arons Carvalho, A. e Pedro, J. (2012), *Direito da Comunicação Social*, Lisboa, Texto Editores
- Correia Brito, L. (2005), *Direito da Comunicação Social* (Vol. I e II), Coimbra, Almedina
- Condesso, F. (2007), *Direito da Comunicação Social – Lições*, Coimbra, Almedina

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos abrangem temáticas de enquadramento teórico, o que permite concretizar o objetivo de introduzir os alunos nas questões jurídicas relativas ao campo da legislação do cinema. Serão privilegiadas questões concretas, nomeadamente as políticas de incentivo ao cinema a nível internacional e os apoios e incentivos nacionais, a tutela dos direitos de autor, e a publicidade. Os temas selecionados visam preparar os alunos para pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual.

Metodologias de ensino

Aulas teóricas de exposição e de aplicação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

As metodologias adotadas permitem estabelecer a ponte entre a teoria e a prática através da identificação de diferentes questões jurídicas, do ponto de vista teórico, seguindo-se a análise de casos concretos e a determinação da solução jurídica de acordo com a respetiva legislação aplicável.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

Não aplicável.

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável.

Observações

Docente Responsável

**Paula Alexandra da Cruz
Silva Pina de Almeida**

Assinado de forma digital por Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida
DN: c=PT, st=Santarém, l=Tomar, o=Instituto Politécnico de Tomar, ou=Unidade Departamental de Ciências Sociais, cn=Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida
Dados: 2018.02.19 17:57:18 Z

Cláudia Liliana Sousa
Rosa Henriques

Assinado de forma digital por
Cláudia Liliana Sousa Rosa
Henriques
Dados: 2018.02.19 16:21:34 Z

Diretor de Curso, Comissão de Curso



Conselho Técnico-Científico